

Mortandade de peixes no Potengi: uma análise acerca da cobertura do Diário de Natal¹

Andrielle Cristina Moura MENDES²
Itamar de Moraes NOBRE³

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN

Resumo

Os jornalistas de Natal estão preparados para noticiar acidentes ecológicos? Foi essa pergunta que nos levou a analisar a cobertura realizada pelo Diário de Natal, jornal do Rio Grande do Norte, acerca da maior mortandade de peixes registrada no estado. Para chegar a uma resposta, analisamos todas as matérias publicadas na versão impressa do jornal no período de 31 de julho a 31 de agosto de 2007, adotando como estratégia metodológica a análise de conteúdo. Ao fim da análise, constatamos que a maioria das matérias trazia a versão oficial do ocorrido, tratava o assunto de forma superficial, e não explorava as várias possibilidades da temática. O resultado da investigação nos levou a refletir sobre a inserção da disciplina de ‘jornalismo ambiental’ nas universidades e sobre a criação de editorias de Meio Ambiente como forma de atrair mais leitores para os jornais impressos.

Palavras-chave:

Meio ambiente; Jornalismo ambiental; Desastre Ecológico.

A crise e a solução possível

As novas tecnologias mudaram a forma de produzir, editar, distribuir e consumir informações e colocaram em xeque o atual modelo de jornal impresso. Tudo o que o ‘impresso’ fazia, a internet passou a fazer numa velocidade muito maior e, em alguns casos, gratuitamente.

Menos pessoas estão lendo jornais impressos hoje em dia, graças à popularização dos computadores, ao avanço da banda larga e à proliferação dos smartphones, que permitiram a milhões de pessoas o consumo de notícias na plataforma online, às vezes com maior aprofundamento, e quase sempre acompanhadas por vídeos, áudios e infográficos interativos.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Ciência, Meio Ambiente e Sociedade, do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda em Estudos da Mídia, do Curso de Comunicação Social da UFRN, email: andriellecristina@yahoo.com.br

³ Orientador do trabalho. Professor Doutor do Curso de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da UFRN, email: itanobre@gmail.com

Dados do Escritório Internacional de Auditoria de Circulação (IFABC) confirmam essa tese ao revelar que a circulação de jornais membros do Escritório em 23 países caiu 1,6% entre 2010 e 2011, reforçando outras pesquisas. Só nesse período, cerca de dois milhões de exemplares deixaram de ser vendidos.

Donos de jornal e jornalistas reconhecem esse fato, mas, em geral, têm medo de realizar mudanças. De acordo com autores como Noblat (2002), o receio de buscar novos caminhos chega a ser maior do que o de conservar algo que se desmancha no ar. A decadência, no entanto, parece iminente e a crise, mais séria do que se imaginava, segundo o autor.

Considerada mídia camaleônica por Villela (2002), a internet assume o formato antes utilizado por jornais, revistas, rádio e até pela televisão, mas com uma grande diferença: “reúne em si a capacidade de suportar a veiculação, com sucesso, praticamente de todos os tipos de conteúdo digital: texto, imagens, som e vídeo”. (VILLELA, 2002, p.172), deixando o jornal impresso em desvantagem. O resultado disso são empresas cada vez mais frágeis e vulneráveis, como afirmam autores como Bueno (2009).

Mas o que o jornal impresso pode fazer diante desse cenário? Haveria uma saída? Para autores como Luft (2005), investir na ampliação do espaço destinado ao Meio Ambiente seria uma alternativa para atrair mais leitores e enfrentar a crise. Com uma audiência cada vez mais crescente, a temática, segundo ela, pode se transformar num produto vendável e contribuir assim para o aumento da receita das empresas: “pesquisas indicam que o Meio Ambiente pode ser transformado num item lucrativo para as empresas de comunicação num futuro próximo” (Luft, 2005, p. 16).

Gil (2003) acrescenta que só mais recentemente a humanidade se deu conta de que as reservas naturais do planeta não são inesgotáveis, que o avanço predatório pode produzir alterações climáticas, e que o planeta está ameaçado. Essa consciência foi reforçada por eventos como a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Desenvolvimento e o Meio Ambiente, a Eco 92, que mostrou, entre outras coisas, que a degradação ambiental não é problema de um só país, mas de todo o globo.

Conforme Almeida (2003), os modelos globais de mudanças climáticas já dão como certo o aumento da frequência de enchentes, secas e tempestades, que se tornarão a cada dia mais intensas, destruindo plantações, vidas e prejudicando a economia. A década de 90 e o ano de 1998, segundo o autor, teriam sido os mais quentes desde que esses dados começaram a ser registrados. “Mesmo assim, a produção de energia – em grande parte

baseada na queima de combustíveis fósseis causadores do efeito estufa e que cresceu 42% entre 1980 e 2000 – deverá crescer 230% até 2050”. (ALMEIDA, 2003, p. 129).

Para Moraes (2004), chegamos a um ponto em que a alternativa indiscutível está entre renovar-se ou perecer. Os problemas mundiais, segundo o autor, cobram uma urgência nunca antes conhecida ou enfrentada pela humanidade. Neste momento, em muitas partes do mundo, já se registram privações de água potável e já se admite que este será um dos problemas ambientais mais graves do século 21, ao menos em muitas regiões do globo, acrescenta Câmara (2003).

Apesar de grave, esse quadro não é totalmente desfavorável ao jornal impresso, que pode não só lucrar com uma cobertura mais aprofundada dos danos ambientais, como também cumprir sua função de esclarecer e orientar a população a respeito das causas e consequências das agressões ao meio ambiente.

Subestimado por editores e donos de jornais, o jornalismo ambiental pode desempenhar três funções básicas: informativa, pedagógica e política. Segundo Bueno (2007), responsável por essa categorização, a função informativa preenche a necessidade que os cidadãos têm de conhecer os principais temas que abrangem a questão ambiental, “considerando o impacto que determinadas posturas, processos e modelos têm sobre o meio ambiente e, por extensão, sobre a sua qualidade de vida”. (BUENO, 2007, p. 35).

A pedagógica, por sua vez, revela causas, aponta soluções e indica caminhos para a superação dos problemas ambientais. Já a função política mobiliza os cidadãos para fazer frente aos interesses que agravam a questão ambiental. Muitos jornalistas, segundo Bueno (2007), estacionam na função informativa, alheios às potencialidades deste tipo de cobertura, e perdem a chance de contribuir com o debate público.

Nos círculos profissionais mais atentos do mercado jornalístico já se percebe a necessidade de trazer as pautas ambientais para além de suas seções específicas, criadas ao custo de um longo processo de conscientização dos setores dominantes da mídia, é verdade, mas que geralmente limitam a abordagem, dificultando a exploração dos aspectos de fundo – culturais, econômicos, políticos - que determinam os conflitos ambientais, ao mesmo tempo em que condicionam sua solução. (BELDA, 2002, p. 4).

Acometida pela ‘síndrome da baleia encalhada’ – conceito criado por Bueno (2007) – entretanto, a mídia tende a tratar o meio ambiente como uma história ‘incidental’, a ser coberta de vez em quando, deixando o público no ‘escuro’, sem nenhuma capacidade de participar inteligentemente do processo de tomada de decisão, complementa Frome (2008).

A síndrome é intitulada desta forma, por que, segundo o autor, os veículos de comunicação veem na baleia encalhada apenas uma forma plástica de ilustrar as suas páginas e telas, sem investigar a causa do encalhe. Bueno afirma que só uma cobertura que busque enxergar além das imagens é capaz de conscientizar e mobilizar as pessoas, o que nem sempre ocorre. Para Jukofsky (2000), articulista, jornalista e diretora do Centro de Jornalismo Ambiental de Costa Rica:

Es difícil convencer a un editor respecto a los méritos de las noticias ambientales. Hacer una buena investigación sobre un asunto ambiental requiere de tiempo y recursos. Los medios de comunicación, usualmente, tienen un déficit de personal y pocas veces un editor permite que se dedique más de un día para una historia o está dispuesto a pagar los costos de una larga investigación fuera de la ciudad. (JUKOFSKY, 2000).

O quadro muda quando ocorre algum desastre ambiental. Encaradas como ‘pautas quentes’, as tragédias - sejam elas ecológicas ou não - são mais bem exploradas e costumam ganhar mais espaço na edição do dia. “‘Notícia de verdade é má notícia’ [...]. Inundações, incêndios e outras calamidades públicas em terra, mar e ar, enquanto ‘notícias’, superam toda e qualquer espécie de miséria e horror particulares”. (MCLUHAN, 1964, p. 237).

Mas será que os jornalistas estão preparados para noticiar esse tipo de acidente? E como será que fazem isso? Quem eles ouvem e que direcionamento dão às matérias? Foram essas perguntas que nos levaram a analisar a cobertura ambiental realizada pelo Diário de Natal, jornal do Rio Grande do Norte, acerca da maior mortandade de peixes já registrada no estado.

Meio ambiente e mídia

De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), considerado hoje um centro de excelência e referência internacional em pesquisas de ciências espaciais e atmosféricas, engenharia espacial, meteorologia, observação da Terra e estudos de mudanças climáticas, desastres naturais podem ocorrer em qualquer continente ou país. Acidentes ecológicos também.

O desastre ecológico em questão ocorreu no estuário (ambiente aquático de transição entre o rio e o mar) do Rio Potengi, localizado no litoral oriental do Rio Grande do Norte, incluindo parcialmente os municípios de Macaíba, São Gonçalo do Amarante e

Natal, capital do Rio Grande do Norte. Segundo a imprensa, mais de 40 toneladas de peixes morreram. Escolhemos essa cobertura, realizada em 2007, pela repercussão do caso e pelo interesse despertado na mídia e na comunidade em geral.

O jornal escolhido foi o Diário de Natal. Fundado em setembro de 1939, o jornal foi líder em circulação no Rio Grande do Norte durante muitos anos. Em 1945 foi comprado pelo empresário Assis Chateaubriand, passando a integrar o grupo dos Diários Associados, formado por jornais como o Correio Braziliense e o Diário de Pernambuco. O Diário de Natal fechou as portas e deixou de circular no dia 02 de outubro de 2012, devido a uma crise financeira.

Adotamos como estratégia metodológica a análise de conteúdo, considerada por Hercovitz (2007) uma ferramenta de mapeamento de tendências e intenções, “amplamente empregada nos vários ramos das ciências sociais empíricas [...] e avaliada como método de grande utilidade na pesquisa jornalística” (HERSCOVITZ, 2007, p. 123), considerando que a eficiência dessa estratégia metodológica reside em grande parte, segundo a autora, em sua capacidade de fazer inferências sobre aquilo que ficou impresso ou gravado.

De acordo com a autora, os pesquisadores que utilizam a análise de conteúdo são como detetives em busca de pistas que desvendem os significados aparentes e/ou implícitos dos signos e das narrativas jornalísticas, expondo tendências, conflitos, interesses, ambiguidades ou ideologias presentes dos materiais examinados.

Ikeda e Chang (2005) vão dizer que a parte mais interessante, e talvez a mais difícil da análise de conteúdo, seja a interpretação dos dados obtidos. Interessante, pelos resultados que apresenta e pela visão que proporciona, e difícil, pela necessidade de um constante autocontrole do pesquisador, a fim de não se deixar levar pela compreensão espontânea e imediata dos dados, buscando os significados menos visíveis da comunicação.

Cientes desse risco e respaldados por esse método de pesquisa que “recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontradas na mídia a partir de uma amostra dos objetos estudados” (HERSCOVITZ, 2007, p. 17), recolhemos e analisamos todas as edições publicadas entre 31 de julho e 31 de agosto de 2007 pelo Diário de Natal e constatamos que o jornal publicou 22 matérias sobre o assunto - uma média de 0,7 matérias por dia, sendo a primeira delas publicada na terça-feira, dia 31 de julho, um dia após a mortandade dos peixes.

Características de uma cobertura ambiental

Observamos durante a análise que o espaço para outros tipos de informação (argumentativa, interpretativa, documental) foi limitado a praticamente zero. Das 22 matérias, 21 se basearam em declarações, ou seja, em 95,5% a declaração era ‘o fato’ fundante da notícia. Apenas uma matéria fugiu a essa ‘regra’: a publicada no dia 2 de agosto. O texto, mais literário, descrevia o cenário onde os peixes apareceram mortos, dias depois do acidente ambiental. Para Meyer (2007), a estratégia-padrão para uma indústria atingida pelas novas tecnologias é justamente se concentrar naquilo que faz melhor que seu substituto, ou seja, o jornal impresso poderia ter investido em textos aprofundados e mais analíticos e não ter se limitado apenas ao factual.

Considerada essencialmente declaratória, a cobertura foi marcada também pelo oficialismo das fontes. As autoridades foram as fontes mais consultadas, e por sua vez, as mais citadas em toda a cobertura, que se concentrou nos primeiros 31 dias após o acidente ambiental. Algumas chegaram a ser entrevistadas até sete vezes em um mês, indicando que o ‘debate’ não foi tão polifônico quanto poderia ter sido.

Como resultado, as citações de representantes do governo e membros do Ministério Público, que investigou o caso e definiu a punição para os supostos responsáveis pelo desastre ecológico, ocuparam 45,2% do noticiário, enquanto especialistas, populares, empresários, representantes de associação e representantes de cooperativa – divididos em outras cinco categorias - ocuparam os 54,8% restantes.

Se o espaço fosse dividido de uma forma equitativa entre as cinco categorias menos citadas, cada uma ocuparia apenas 10,96% do espaço destinado a cobertura do desastre, ou seja, ¼ do espaço ocupado pelas fontes oficiais.

Categoria	Número de pessoas entrevistadas	Quantas vezes foram consultadas
Autoridade (fonte oficial)	15	38
Empresário	4	6
Especialista	5	7
Popular	19	21
Representante de associação	2	4
Representante de cooperativa	2	8
Total	47	84

Quadro 01: Fontes consultadas pelo jornal. Elaboração própria

Para Oliveira (2007), o oficialismo excessivo das fontes de informação é um vício recorrente no jornalismo científico. Isso ocorre, segundo ele, porque a respeitabilidade da origem da informação é um fator de grande apelo para jornalistas que preferem fazer referência a fontes oficiais ou que ocupam posições institucionais de autoridade. Opinião compartilhada por Pereira Júnior (2003).

Quem age e fala, de acordo com o autor, é quem está investido da autoridade (os governos, os parlamentares, as chefias de estado e de governo), cuja imagem se positiva e cuja autoridade simbólica e posicionamento na estrutura de poder se reforçam. É a autoridade que ocupa quase todo o espaço na cobertura em questão, reflexo de um jornalismo essencialmente declaratório.

Segundo Hallin citado por Sousa (2007), “o predomínio das fontes oficiais evidencia o pouco espaço que é dado a histórias e fontes fora dos “círculos oficiais” e facilita a contenção do debate dentro das fronteiras do legítimo e da ‘esfera do consenso’”. (HALLIN apud SOUSA, 2007, p. 178).

Os títulos das matérias analisadas também nos deram pistas de como a cobertura foi conduzida pelo periódico. A palavra mais citada foi ‘Idema’ – sigla do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, órgão regulador do estado. Ao todo, foram oito citações em títulos, representando 36,36% das inserções. A segunda foi ‘pescadores’, com seis inserções, representando 27,27% do total. ‘Ministério Público’ apareceu três vezes.

Apesar de a palavra ‘pescadores’ representar 27,27% das inserções, os pescadores não foram ouvidos em todas as matérias em que foram citados. Eles eram apontados apenas como vítimas e nem sempre tinham direito a fala, como ficou evidente. Segundo Sousa (2007), as pessoas comuns costumam interessar como testemunhas, como pessoas atingidas e só, como constatamos em nossa análise.

Há uma razão para isso. As fontes institucionais, segundo o autor, fornecem material muitas vezes suficiente para a notícia, poupando tempo e esforço dos repórteres, que, pressionados pelo deadline, dispensam o trabalho de procurar muitas fontes para consolidar uma informação. A predominância do oficialismo das fontes se deve muitas vezes ao fato de representar uma economia de custos e uma garantia de que os prazos de entrega da reportagem serão cumpridos, na ótica de Pereira Júnior (2003).

De uma forma geral, o Diário de Natal não aprofundou a cobertura e deixou muitas perguntas sem respostas, talvez por falta de tempo, de pessoal, recursos, interesse ou de preparo por parte dos profissionais.

O jornal, de acordo com nossa análise, de uma maneira geral, preocupou-se em narrar o fato e apontar prováveis autores do desastre/crime ambiental, deixando de atentar para as funções pedagógica e política do jornalismo ambiental, descritas por Bueno (2007). O periódico voltou-se para o fato e não para a problemática, numa tendência já verificada por Sousa (2007), segundo o qual a história contada pelos jornais centra-se na narração do que aconteceu e na descrição dos cenários e das personagens envolvidas na ação.

É preciso ressaltar que a precarização das redações é uma realidade em várias regiões do país. De acordo com Frome (2008), de alguma maneira, mesmo com as ‘bênçãos’ da revolução da informação, pessoas em todo o mundo estão trabalhando mais, sob condições piores e com salários menores, o que acaba se refletindo, na maioria das vezes, no produto final.

Um exemplo disso pode ser extraído da matéria “Peixes morrem no Potengi”, publicada no dia 31 de julho de 2007. O jornal entrevistou dois especialistas. Um deles mencionou possíveis poluidores, sugerindo que o Idema – órgão licenciador do Rio Grande do Norte - reavaliasse licenciamentos ambientais concedidos a empresas instaladas na margem do rio. O jornal poderia ter ido além da declaração e questionado que empresas eram essas e como degradavam o rio, mas não o fez.

Na mesma matéria, o então diretor geral do Idema - identificado aqui como o ‘outro lado’ - alegou que não havia nenhum problema com o monitoramento do estuário nem com o licenciamento das empresas, o que mais tarde se revelaria uma inverdade. Para ele, a mortandade poderia ter sido provocada pelo lançamento de esgotos no rio. Mais uma vez o jornal apenas reproduziu a declaração, sem perceber a provável intenção do Idema em colocar a responsabilidade apenas na Companhia de Águas e Esgotos do RN (Caern).

Nenhum outro especialista é citado na matéria nem tampouco o jornal aborda a possibilidade de o lançamento de esgoto no estuário ter causado o desastre ecológico. Além da Companhia de Águas e Esgotos, moradores da região costumam lançar seus dejetos sem nenhum tratamento no rio Potengi, ação que poderia ter sido mais bem explorada pelo jornal.

Uma matéria publicada dias depois e assinada por cinco repórteres denota o interesse que o caso despertou e comprova que é possível reforçar a equipe de ‘jornalistas

ambientais’ quando há necessidade. O especialista entrevistado aponta a carcinicultura como principal suspeita e corrige informações publicadas no dia anterior.

Os diretores das imunizadoras, que lançam efluentes no rio, também são procurados e se defendem, afirmando que as empresas são licenciadas e inspecionadas periodicamente. O jornal, entretanto, não menciona em nenhum momento que solicitou os documentos para comprovar as declarações dadas nem esclarece como a inspeção é realizada e com qual frequência. O jornal aparentemente não questiona o método de trabalho das imunizadoras nem a quantidade de efluentes lançada no rio, o que é considerado uma grande falha para Frome (2008).

Segundo ele, os repórteres precisam verificar o que foi dito. A declaração, afirma o autor, pode vir de uma autoridade ou do presidente de uma corporação importante, mais isso não a torna necessariamente verdadeira. Frome (2008) fala diretamente ao jornalista quando diz: “lembre-se que você é mais do que um repórter apressado do tipo ‘ele disse, ela disse’; você é um investigador e intérprete”. (FROME, 2008, p. 195).

Segundo Caldas (2002), apurar não é apenas selecionar fontes, anotar declarações, gravar entrevistas. “Na aventura de um repórter na rua, todos os seus sentidos devem estar atentos. A observação, o olhar, a audição, o olfato são capazes de captar detalhes que podem ampliar e modificar o rumo de uma reportagem”. (CALDAS, 2002, p. 27).

Na última retranca – texto vinculado à matéria principal - publicada na mesma página, outro especialista enumera as consequências da mortandade de peixes: “Quanto ao desastre ambiental, Urbano Medeiros (da Arsbán) afirmou que se reflete em vários setores, desde a economia até a história de Natal, tendo em vista que o rio Potengi é uma marca da cidade”. O jornal, mais uma vez, deixa de aprofundar o que foi dito e não procura esclarecer que consequências são essas, desperdiçando a chance de esclarecer os principais desdobramentos do fato e de explicar como o acidente afeta a vida das pessoas, através de várias perspectivas.

O texto publicado no dia 11 de agosto ocupa várias páginas. O Idema divulga um laudo preliminar após alegar dias antes que isso seria irresponsabilidade. Com base neste laudo, o órgão licenciador aponta o ‘provável’ culpado – uma empresa de carcinicultura localizada nas margens do Potengi. Nota-se pelos termos empregados pelo jornal que a matéria é construída sobre uma suposição.

O jornal, no entanto, não esclareceu como o Idema chegou a esta conclusão, mesmo sabendo que o Ministério Público discordava do método empregado para coleta das

amostras de água do rio. Para o Idema, não houve erro na coleta, mas para o Ministério Público, houve um erro ‘gravíssimo’, “comprometendo totalmente o resultado do parecer técnico do Idema”, conforme publicado na mesma reportagem.

Além de não resolver o impasse, o jornal deixou de responder algumas perguntas, como por exemplo, qual a quantidade de amostra considerada suficiente para uma análise desse tipo? Se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), havia, de fato, rejeitado as amostras coletadas pelo Idema, como afirmava o Ministério Público? Se o laudo preliminar apresentado pelo Idema seria válido, mesmo com tantas opiniões contrárias?

A nosso ver, um especialista neutro (que não estivesse a favor nem do governo, nem do Ministério Público nem dos carcinicultores) poderia ajudar a esclarecer estes pontos. Observamos que a mesma matéria que reproduzia a fala da promotora, segundo a qual “seria muito difícil descobrir a causa do desastre”, era a mesma que divulgava o suposto responsável pelo desastre apontado com base no laudo inconcluso.

Lacunas semelhantes às ilustradas nessas três matérias foram encontradas em todas as 22 notícias analisadas em nossa pesquisa, que também apresentavam informações equivocadas e pouca clareza com relação ao uso dos termos técnicos citados. A nosso ver, tamanha dificuldade em repercutir um acidente ecológico demonstra falta treinamento por parte dos profissionais e interesse por parte das empresas em praticar um jornalismo ambiental que cumpra as funções informativa, pedagógica e política.

Isso ocorre, segundo Scharf (2004), por que boa parte da imprensa trata a questão ambiental como algo superficial, espetacular, desprezando seu impacto concreto no âmbito político, econômico, social, “não importando o quão abrangente e complexa seja a questão”. (Scharf, 2004, p. 53).

Para Belda (2002), ao mesmo tempo, uma prova e uma lição. Elas mostram que a formação de profissionais especializados na cobertura de temas ambientais “não pode prescindir de uma concepção ampliada, que enxergue os conflitos da área como reflexos de conflitos maiores”. (BELDA, 2006, p. 5).

Segundo Sousa (2007) e Jukofsky (2000), jornalistas costumam se sair bem quando repercutem um desastre, embora não estejam acostumados a abordar a temática ambiental da forma como deveriam. Nossa análise mostrou, entretanto, que a realidade é diferente. Também há falhas na cobertura de desastres.

Considerações

O fato de o jornal ter enxergado o desastre ecológico como ‘acidente’ – termo citado em várias das matérias analisadas – sinaliza, por si só, que as três funções do jornalismo ambiental (informativa, pedagógica e política) não foram cumpridas durante a cobertura. A nosso ver, se as três funções tivessem sido cumpridas, o jornal, e em contrapartida seus leitores, teriam enxergado a mortandade de peixes como algo esperado dada a condição do rio e não como mero ‘acidente’.

Essa ‘omissão’ nos leva a acreditar que, se não fosse o desastre ambiental, talvez a degradação do Potengi, bombardeado pelo lançamento de efluentes oriundos das fazendas de camarão e pelos dejetos lançados in natura no rio, jamais chegasse ao conhecimento da opinião pública e atingisse tamanha repercussão.

Observamos que durante toda a cobertura a principal preocupação do jornal foi responsabilizar alguém pelo desastre, priorizando sempre o ‘furo de reportagem’ e deixando de abordar as implicações do desastre para a economia, saúde e meio ambiente, perdendo assim a chance de colocar em debate a necessidade do saneamento básico, o monitoramento de lagoas de estabilização de resíduos, o licenciamento excessivo de viveiros de camarão no Potengi, entre outras questões.

Para mudar esse quadro, seria necessário, a nosso ver, incentivar a criação de cadernos ou páginas destinadas à temática ambiental e assim dar mais espaço para o Meio Ambiente nas reuniões de pauta e páginas do jornal impresso. Esse caderno ou página poderia ficar sob a responsabilidade do próprio jornal ou ser publicado em parceria com instituições públicas ou privadas. A criação destes espaços, na nossa avaliação, serviria para posicionar a temática ambiental entre as pautas de interesse permanente e levar o jornal impresso – seja ele qual fosse - a cumprir as três tarefas de informar, orientar e mobilizar, além de atrair leitores engajados com as causas ambientais e interessados na temática, contribuindo para o aumento da receita dos jornais impressos, que atravessam, de um modo geral, uma crise atualmente.

Inserir a disciplina de jornalismo ambiental na grade curricular dos alunos de jornalismo/comunicação e garantir que a disciplina seja reconhecida como relevante onde já é ofertada também pode contribuir, na nossa visão, para a formação de jornalistas mais sensíveis à temática ambiental e mais críticos, evitando coberturas sensacionalistas ou meramente denunciativas como ficou caracterizada a cobertura analisada nesse artigo,

contribuindo assim para a conscientização da população acerca dos problemas ambientais, que há muito deixaram a esfera do local.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Fernando. O mundo dos negócios e o meio ambiente no século 21 in: TRIGUEIRO, André (coord.). **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

BELDA, Francisco. **Velhas lições e novos desafios do jornalismo ambiental**. Revista de Estudos do Curso de Jornalismo da PUC Campinas, n.6, 2002.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Editora UFPR. N. 15, p. 33-44, jan./jun. 2007.

CALDAS, Álvaro. O desafio do velho jornal é preservar seus valores In CALDAS, Álvaro (org). **Deu no jornal: O jornalismo na era da internet**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. PUC – Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

CÂMARA, Ibsen de Gusmão. Problema ou solução? in TRIGUEIRO, André (coord.). **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

Crise dos jornais impressos chega aos países emergentes. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/ed734_crise_dos_jornais_impessos_chega_aos_paises_emergentes>. Acesso em 30 de junho de 2014.

Diário de Natal completa 73 anos celebrando a imparcialidade jornalística. Disponível em <<http://www.dnonline.com.br/noticias/imprimir.php?id=24796,DIARIO-DE-NATAL-COMPLETA-73-ANOS-CELEBRANDO-A-IMPARCIALIDADE-JORNALISTICA>>. Acesso em 30 de junho de 2014.

FROME, Michael. **Green Ink: uma introdução ao Jornalismo Ambiental**; tradução Paulo Roberto Maciel Santos. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

IKEDA, A. A.; CHANG, S. R. S. Análise de Conteúdo: uma experiência de aplicação na pesquisa em comunicação social (2005). **Comunicação e Inovação**, São Caetano do Sul. v. 6, n. 11, p. 5-13, jul./dez. 2005.

GIL, Gilberto. Algumas notas sobre cultura e ambiente in TRIGUEIRO, André (coord.). **Meio ambiente no século 21**: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

HERSCOVITZ, Heloisa Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 123 - 142.

JUKOFSKY, Diane. **El periodismo ambiental: un especie en extincion**. Chasqui 70, jun. 2000. ENSAYO PRENSA. Disponível em: <<http://chasqui.comunica.org/jukofsky70>>. Acesso em: 8 de out. 2010.

LUFT, Schirley. **Jornalismo, meio ambiente e Amazônia**: os desmatamentos nos jornais O Liberal do Pará e A Crítica do Amazonas. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2005.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Tradução de Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix editora, 1964.

MEYER, Philip. **Os jornais podem desaparecer?** Como salvar o jornalismo na era da informação. Tradutora Patrícia de Cia. São Paulo: Contexto, 2007.

MORAIS, Regis de. **Educação, mídia e Meio Ambiente**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

Núcleo de Pesquisa e Aplicação de Geotecnologias em desastres naturais e eventos extremos para a região Sul do Brasil e Mercosul. **Desastres naturais no mundo**. Disponível em <http://www.inpe.br/crs/geodesastres/nomundo.php>. Acesso em 30 de junho de 2014.

PEREIRA JUNIOR, Luis Costa. **A apuração da notícia**: Métodos de investigação na imprensa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

SCHARF, Regina. **Manual de Negócios Sustentáveis**. São Paulo: FGV. 2004.

SOUSA, Jorge Pedro. O Dia Depois: A reação da imprensa portuguesa ao atentado de 11 de março de 2004 em Madrid. IN: GOMES, Adriano (org.). **Além da notícia**. Natal: EDUFRN, Editora da UFRN, 2007.

VILLELA, Fernando. O lide do próximo milênio: Propostas para adequação do conteúdo à mídia interativa, com uma visão global da internet In CALDAS, Álvaro (org.). **Deu no jornal**: O jornalismo na era da internet. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. PUC – Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

YAZBECK, Ivan. A era das cores In CALDAS, Álvaro (org). **Deu no jornal**: O jornalismo na era da internet. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. PUC – Rio; São Paulo: Loyola, 2002.